

ÓRGÃO DA COMISSÃO
EXECUTIVA NACIONAL DO PT



BOLETIM NACIONAL

Nº 75 - 1ª quinzena de Outubro/93 - CR\$ 100,00

Caravana vai fundo no Brasil

Páginas 4 e 5



Carlos Carvalho

Lula com a poronga do seringueiro

A luta contra a privatização

Página 4



REVISÃO

Esquenta o
Movimento Cívico
Contra a Revisão
Constitucional
Página 3

MERCOSUL

"Carta de
Curitiba" traz as
resoluções do
seminário do PT
Página 6

PAG-94

Como será
elaborado o
plano de governo
para 94
Página 3

Salários

Li, no BN nº 72, a crítica do meu caro companheiro Carlinhos Calazans, presidente da CUT/MG, à posição da prefeitura de Belo Horizonte quanto ao reajuste mensal integral dos salários.(...)

As opiniões de Calazans vão na linha de que há falta de vontade e determinação política em executar uma arrojada política tributária, capaz de redistribuir rendas e democratizar a discussão do orçamento.

Aqui em Porto Alegre, foi exatamente a ousadia de fazer uma reforma tributária que viabilizou o nosso primeiro governo. E, até onde sei, é aqui que a experiência do Orçamento Participativo está mais avançada -- mais de 8 mil pessoas participaram diretamente nas plenárias deste ano. Porto Alegre, portanto, seguiu à risca a receita do Carlinhos e, mesmo assim, não conseguiu avançar mais do que sua atual política salarial que, desde 92, tem assegurado reajustes bimestrais iguais ou superiores à inflação do período.(...)

A questão é que foram exatamente os nossos compromissos com a democratização do orçamento que tiraram do prefeito a definição das prioridades e a escolha do que fazer com o dinheiro disponível para os investimentos da prefeitura. Pagar reajuste mensal integral da inflação significaria romper os contratos

com o conjunto dos trabalhadores da cidade, organizados não em uma ou outra categoria, mas como cidadãos que querem serviços públicos para viver melhor (...)

É bom registrar que, na disputa pela renda da cidade, os investimentos não ocupam mais do que 13% do orçamento, sendo que os salários, pela política vigente, não baixam do limite constitucional -- de 65%(...)

O argumento de que deveríamos dar exemplo pagando o reajuste mensal me parece insustentável pois nossa atual política salarial já é, desde 91, um bom exemplo(...) Num possível governo Lula, talvez voltemos a discutir este tema, espero que com mais acúmulo do que agora.

vereador Gerson Almeida PT/RS

Dívida Externa

“Nós, os representantes do FMI, fazemos nossa própria avaliação sobre o comportamento econômico e financeiro da nação escolhida. Somos nós, os assessores econômicos, que, em algumas oportunidades, redigimos a Carta de intenção em nome do ministro da Fazenda do país solicitante. Depois a apresentamos a ele para que assinasse”. Estas afirmações são de Davison Budhoo, alto funcionário do FMI que fez graves denúncias ao renunciar ao cargo. Segundo ele, a equipe “chega a ver-se como uma espécie de nova nobreza sobre a terra, pelo poder e autoridade que tem sobre a vida de milhares de desventurados.”

Budhoo denunciou um plano secreto arquitetado pelo Fundo para a compra da dívida externa da banca privada credora, que pensa converter em bônus que serão colocados nos países devedores no mercado secundário. O mecanismo de redução de tais dívidas estaria condicionado a que nossos países entregassem indústrias e recursos naturais de maior valor a corporações financeiras, na sua maioria transnacionais estrangeiras. “Nós criamos ou destruimos a vida humana, todos os dias, como nenhuma outra força no mundo fez até hoje ou fará no futuro”.

PEDEX - Programa Educativo
Dívida Externa

EDITORIAL

A fúria revisionista

A truculência com que as elites dominantes tentam impor a sua revisão constitucional, desfaz de vez as ilusões dos que imaginavam ser possível reformar a Constituição, para melhor, sem o povo.

Verdadeiro golpe contra o que há de democracia instituída no Brasil, a revisão constitucional, pela via unicameral, por maioria simples, a toque de caixa, feita por um Congresso conservador, em final de mandato, pretende esvaziar o Estado e significa uma camisa de força para o futuro presidente da República. O engajamento do PT na campanha contra a revisão (em conjunto com a OAB, ABI, CNBB, CUT, PC do B, PSB, PDT, PST-U) pode barrar as manobras em curso. Não só porque os repetidos atos públicos, programas de rádio e TV criam um movimento de opinião pública contrário à revisão, mas também porque há divergências entre as elites. Diferenças quanto ao conteúdo das mudanças, ao prazo de duração do processo (que desejam curto, para não misturar a campanha eleitoral de 1994), bem como disputas internas sobre a condução dos trabalhos parlamentares.

Há um consenso entre os revisionistas de que é preciso alterar a ordem econômica, ao mesmo tempo em que, esportamente, prometem não tocar nas conquistas sociais. Primeiro, há uma nítida hipocrisia: é evidente que a quebra do monopólio das telecomunicações, dos recursos do subsolo e da Petrobrás produzirá repercussões fundas na ordem social. Depois, não há garantias de que, uma vez iniciada a revisão, o furor do novo “Centrão” vá se deter diante de “compro-

missos” assumidos.

Enquanto estão em curso os trabalhos de obstrução no Congresso e na Justiça, vale a pena chamar atenção para particularidades em andamento, nitidamente prejudicial para o PT e ao campo popular:

1. Está para ser baixado um novo pacote econômico, inspirado por Fernando Henrique Cardoso e seus assessores do PSDB, que funciona mais como plataforma política de lançamento do candidato da “terceira via” do que propriamente como medidas capazes de reverter a crise econômica, a inflação e o desemprego.

2. A nova legislação eleitoral a respeito da propaganda na televisão, que proíbe a transmissão de comícios, reportagens, cenas de manifestações, enfim, tudo que é vida e o povo está banida do horário eleitoral. Como se sabe, a reedição da Lei Falcão, a volta de censura teve o dedo do PSDB, particularmente do deputado José Serra, defensor de uma revisão constitucional rápida, concluída até 31 de dezembro.

A coincidência de um processo revisional como o pretendido com a edição de um pacote econômico amplia o clima de instabilidade e de insegurança, provocando, na prática, a suspensão dos contratos, a paralisação dos investimentos e a interrupção dos negócios públicos e particulares.

O país não precisa de revisão constitucional agora. O Brasil necessita é de reformas profundas e de eleições livres e urgentes para mudar este governo anti-popular e incompetente.

Rui Falcão
Vice-Presidente Nacional do
PT

BOLETIM NACIONAL
Outubro/93
1ª quinzena Nº 75

O Boletim Nacional é uma publicação quinzenal da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores Rua Conselheiro Nébias, 1052 CEP 01203-002 - São Paulo/SP Fones (011)223.7999/7904 ou 222.2906/2875/6986

Secretário de Comunicação
Makus Sokol

Secretário Adjunto
José Américo Dias

Jornalista Responsável
Marisa Lourenço MTb 18.321

Colaboradores
Cintia Campos

Editoração Eletrônica
William Aguiar

Impressão
Central Print

Seminário sobre estabilidade

No último dia 20 foi realizado em Brasília, no Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados, um Seminário Sobre Administração Pública e Estabilidade do Servidor, promovido pelo Diretório Nacional do PT.

Dois painéis discutiram as questões do Estado e da Administração Pública e as implicações da estabilidade no Serviço Público. As principais conclusões foram:

- a tese do gigantismo do Estado e dos excessos de gastos com pessoal é uma falácia. Enquanto o Brasil tem 1 servidor para cada 29 habitantes, a França tem 1 para cada 11. Enquanto o Brasil tem 8,5% de funcionários públicos em relação à população economicamente ativa, a Suécia tem 35,6%, a França tem 25,9% e os Estados Unidos 15,2%. O Brasil gastou 12,5% do PIB, em 1988, com pessoal, bens e serviços, já a França gastou 52% e a Alemanha Ocidental comprometeu 47% do seu PIB;

- fica evidente a necessidade de uma reestruturação da máquina, de conhecê-la em seus meandros, se realmente queremos atender às necessidades da população;

Quanto à estabilidade:

- antes de ser um privilégio do

servidor, a estabilidade é uma salvaguarda do cidadão contra os desmandos dos governantes, a garantia da continuidade da ação administrativa. Não é a toa que a estabilidade existe em todos os países desenvolvidos;

- o servidor estável não é indemissível pois só o RJU (Lei 8112/90) prevê vinte formas de demití-lo; - não é a estabilidade a responsável por existirem servidores incompetentes. Os responsáveis por essa realidade são os próprios governantes, pela forma irresponsável como tratam a coisa pública e por oferecerem baixos salários, por não existir Plano de Carreira e nem Programa de Capacitação de Pessoal.

O seminário se constituiu num pontapé inicial no debate do tema. A deputada Maria Laura (PT-DF) que esteve presente no Seminário destaca que "as questões relativas ao Estado, à máquina de Governo e aos servidores necessitam de uma resposta urgente de nossa parte. Tem que ter prioridade em nosso Programa de Governo. Afinal, será através destas prioridades que estaremos respondendo como e para quem iremos governar."

São Paulo Contra a Revisão

"A revisão, de que agora se trata, exige Poder Constituinte. E esse Poder, ao povo pertence. Quando eleger os atuais deputados e senadores, o povo não lhes delegou o Poder Constituinte de transformar o Estado Brasileiro (...) Se o Congresso Nacional fizer a revisão, estará se utilizando de um Poder que não lhe pertence."

Com estas afirmações termina a II Carta aos Brasileiros que foi lida pelo autor, Godofredo da Silva Telles Junior, no Ato Contra a Revisão no último dia 13, na Faculdade São Francisco, com 1.500 pessoas. As diversas entidades ali presentes (PT, PDT, PCdoB, OAB, CUT, UNE, UBES) vários sindicatos e movimentos; além de diversos parlamentares (incluindo vereadores do PSDB),

lançaram o Comitê Paulista Contra a Revisão. Vários municípios estão realizando debates, atos e constituindo os Comitês Municipais, dentro do calendário proposto pelo Movimento Cívico Nacional.

Dia 29 de setembro: Dia Nacional de Luta Contra a Revisão. Concentração, à partir das 16 horas na Praça da República.

Dia 5 de outubro: Caravana para ocupar Brasília. Os ônibus que partirão de São Paulo, sairão da Câmara Municipal Paulistana, às 15 horas do dia 4.

A Executiva Estadual do PT decidiu participar destas atividades. Ela avalia que estão reunindo-se as condições para que a resolução do 8º ENPT contra a revisão seja uma realidade. No dia 4 haverá ônibus para os petistas engrossarem a caravana.

PAG popular e eficaz

O Diretório Nacional confirmou e ampliou a Comissão de Coordenação do Programa da campanha Lula 94. Marco Aurélio Garcia como Coordenador Geral, e João Machado e César Benjamin designados Coordenadores Adjuntos. Estão começando a trabalhar 4 Comissões Temáticas: Economia e Política Econômica; Estado, Política e Cidadania; Políticas Sociais -- Saúde, Transporte, Habitação, Saneamento, Bem Estar -- e Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente. Estas Comissões estão se subdividindo em diversos Grupos de Trabalho. Na medida do possível, estão se desdobrando pelos diversos estados.

Até o fim de setembro a Comissão de Coordenação elaborará um documento de diretrizes gerais do Programa de Governo, baseado nas resoluções do 8º Encontro, que servirá de referência para o trabalho. Haverá três dinâmicas simultâneas de discussão de propostas: nas Comissões Temáticas, GTs e Comissão Coordenadora; nas estruturas do próprio partido; e debate com a sociedade: nossa base social, movimentos organizados, e outros partidos.

Todo este esforço desembocará na aprovação do Programa pelo

Partido no Encontro de abril de 1994 -- após o que, naturalmente, continuarão as discussões.

A idéia geral, enfatizada nas resoluções do 8º Encontro, é que a formulação do programa deve ser um processo político amplo: cumprirá desde a sua elaboração um importante papel na formação de uma ampla aliança de forças sociais e políticas para ganhar as eleições de 94 e garantir as condições de governar realizando as profundas transformações necessárias no país.

Serão realizados seminários regionais sobre as linhas gerais do programa, a serem reproduzidos em cada estado (compatibilizando com a discussão dos programas estaduais), bem como nos níveis municipal e zonal.

As diversas instâncias do partido discutirão o Programa; a Imprensa partidária reservará espaços para o debate; serão editados em conjunto com a Secretaria de Comunicação e a de Formação Política cadernos de debate; a Secretaria de Formação Política proporá iniciativas de apoio. As Secretarias Sindical, de Movimentos Populares, Agrária, de Juventude e de Assuntos Institucionais mobilizarão as suas estruturas para o processo de elaboração do programa.

Comissão de Coordenação do Programa de Governo:

Aloísio Mercadante, Carlos Eduardo de Carvalho, Celso Daniel, Francisco Weffort, João Machado, Jorge Mattoso, Luís Eduardo Greenhalgh, Maria Vitória Benevides, Marco Aurélio Garcia, Markus Sokol, Maurício Durá, Ozéas Duarte, Paulo Sérgio Pinheiro, Paulo Vanucchi (Secretário Executivo), Plínio Sampaio,

Samuel MacDowell, Rui Falcão, Sônia Hypólito, Telma de Souza, Vicente Paula da Silva (SP); Augusto de Franco, Cristovam Buarque (DF); César Benjamin, Jorge Bittar, Paulo Betti, Vladimir Palmeira (RJ); Hamilton Pereira (GO); João Antônio de Paula (MG); José Sérgio Gabrielli (BA); L.A. Farias (RS).

Deputado suspenso

O Diretório Nacional decidiu, na reunião de 21 de agosto, anular a decisão do Encontro Municipal de Manaus que votou pela reincorporação do deputado federal Ricardo Moraes.

Em junho, Ricardo comunicou ao DN o seu afastamento do partido. No entanto, no Encontro Municipal pretendeu sua reinte-

gração. O DN considerou improcedente e nula essa votação. Decidiu manter as conclusões dos pareceres do secretário geral, José Dirceu, e da Comissão de Ética que, por unanimidade, reconheceram que Ricardo infringiu a ética partidária. O deputado está, portanto, com os seus direitos absolutamente suspensos.

Resistência às privatizações

O ministro Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, junto com seus auxiliares desembarcaram em Washington para uma semana de conversações com as autoridades federais norte-americanas, e os dirigentes do Fundo Monetário Internacional. O ministro externou satisfação com os sinais encorajadores que recebeu para avançar no "ajuste" no Brasil, por exemplo, do Secretário do Tesouro americano. Afinal, ele mesmo está empenhado em demitir 250 mil funcionários públicos americanos.

entre os temas em discussão, mais uma vez, estão as privatizações. FHC promete acelerar privatizações e ampliar os setores privatizáveis. Ao mesmo tempo, no Brasil, a Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização procura ultimar as condições técnicas para o que chama de "nova fase de desestatização". Há dificuldades, contudo. A incerteza sobre a revisão constitucional deixa privatistas hesitantes sobre por qual lado atacar as empresas estatais, se contornam o monopólio estatal que protege algumas delas etc. Por outro lado, os protestos contra os sucessivos leilões abalaram a credibilidade das privatizações cujo auge foi a excandalosa venda da COSIPA -- o governador de São Paulo, Fleury, agenciou um empresário com cargos em seu governo, Aldo Narcisi; o qual era apenas um teste-ferro da japonesa Nippon Steel. Tudo financiado com o dinheiro público!

Encontro Nacional

No auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, reuniu-se nestes dias 27 e 28 de setembro, um encontro nacional em defesa das estatais e do patrimônio público. Promovido pela CUT, federações e confederações de trabalhadores estatais e servidores públicos, o Encontro reuniu sindicalistas, parlamentares e estudiosos como o professor Bautista Vidal ou o Dr. Ulisses Riedel do DIAP, além da

OAB e da ABI, da CPI das Privatizações e do Comitê Cívico Nacional Contra a Revisão Constitucional. Sua realização, e a amplitude que tomou, indicam como cresce a resistência ao processo de privatizações. Cresce a consciência de que o que é preciso é moralizar, e não privatizar o setor público, o que tem se transformado num processo de corrupção e liquidação do patrimônio nacional.

Anulação do Leilão

Entre as iniciativas apresentadas ao Encontro, estão uma campanha nacional pela anulação do leilão da COSIPA. A própria Procuradoria Geral da República já iniciou um processo nesse sentido -- as víceras da corrupção neste caso estão expostas, desde a pilhagem dessa estatal pelo "esquema Pau-Brasil" de Paulo Maluf, até o favorecimento ilegal da Nippon Steel na sua venda.

Uma vitória nesse caso seria importante para reverter o conjunto do P.N.D., que vendeu 24 empresas de dezenas de bilhões de dólares por apenas 6 bilhões, dos quais apenas 200 milhões de dólares foram arrecadados em dinheiro.

3º ELASPE

Outro encaminhamento é a preparação de uma delegação brasileira para o 3º Encontro Latino-Americano em Defesa das Estatais e do Serviço Público (ELASPE). Convocado para 6, 7 e 8 de novembro na cidade de La Paz, capital da Bolívia, sob os auspícios da combativa Central Obrera da Bolívia (COB), o 3º ELASPE promete ser um salto na unidade dos povos e dos trabalhadores do continente. Afinal, as políticas do FMI prejudicam a todos em todos os países, e depois da derrota das privatizações no Plebiscito no Uruguai, em particular, cresce o sentimento de que uma luta comum pode enfrentar essa ofensiva sobre a economia latino-americana.

A última etapa da II Caravana da Cidadania, começou em Mato Grosso depois de uma semana cortando o Acre e Rondônia. Em Cáceres, cidade brasileira onde está avançado o planejamento para instalação de uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE), os integrantes da caravana participaram de um debate com empresários, entidades da sociedade civil e população em geral. O coordenador da ZPE mostrou um mapa repleto de hidrovias, portos fluviais e marítimos, saídas para o pacífico, corredores para o Japão, aeroportos e outras maravilhas. A projeção de uma ZPE -- que, com isenção de impostos, produzirá diretamente para exportação -- proporcionará apenas seis mil empregos, em geral para mão de obra qualificada, e terá como subproduto um inchaço para a cidade com milhares de novos desempregados, atraídos pela esperança do novo eldorado.

Em seguida, a representante do Centro de Direitos Humanos do Cáceres denuncia o trabalho escravo no Mato Grosso e as fortunas construídas não só com a exploração do trabalho, mas também com o sangue.

O arroz do Itamar

Lula começa dizendo que "quer um Brasil mais aberto do que de hoje" e que é preciso fortalecer a hidrovias e a ferrovia. "Já fomos vítima da megalomania da classe dirigente brasileira. Uma ZPE não vai dar certo se for cercada de latifúndio". Encerrando, aproveita para denunciar o que viu, naquela manhã, em Comodoro (MT): "18 mil sacas de arroz apodrecendo, enquanto Itamar fica falando que é preciso acabar com a fome e não é capaz de comprar o arroz".

A Caravana visitou dois estados onde a presença política do PT é menor que no Acre e Rondônia. Passaram por cidades onde a direita é forte, mas a recepção foi calorosa, pela população e por prefeitos de outros partidos. Uma faixa dizia: "Campo Verde não tem medo de ser feliz". Muito natural, se não fosse assinada

A Caravana levanta a poeira

"Abre as portas do país / que Lula entra agora e bem depressa, bem depressa / nós mandamos Itamar embora" (crianças de uma fazenda em Mato Grosso)



pelo PDT municipal.

Em São Gabriel do Oeste, município responsável por 20% da produção de grãos do MS, e com hegemonia econômica e cultural de gaúchos, um empresário chegou a declarar: "Lula, o nosso povo quer produzir e quer conhecer a sua mensagem. Como você, muitos de nós não chegamos à universidade e administraram propriedades de milhões de dólares. E o lenço vermelho dos Farrapos e Maragatos do Rio Grande do Sul no século passado é o mesmo símbolo da bandeira vermelha dos

trabalhadores que construíram o PT na década de 80".

Bem depressa

A Caravana visitou uma das fazendas do maior grupo agro-pecuário da região -- 3.800 hectares plantados de soja e milho. Produção totalmente mecanizada e produtividade igual aos recordes do primeiro mundo. Na hora do almoço chega a professora com um grupo de cerca de 20 crianças, filhas de trabalhadores da fazenda, e canta uma paródia de música sertaneja, que começa assim

: "Abre as portas do país / que Lula entra agora / e, bem depressa bem depressa / nós mandamos Itamar embora".

Em Campo Grande, Lula participou, como convidado da Federação da Agricultura do Mato Grosso do Sul (FAMASUL), de um debate onde o debatedor principal era José Fragelli, ex-senador da Arena nos idos da ditadura militar. Tanto este como o presidente da Federação repetiram alguns conceitos desgastados e chavões como "O patrão é amigo do empregado", "a violência gera violência", "O PT diz que assentamentos isolados são ilhas cercadas de inimigos por todos os lados". "Os trabalhadores dizem: se Lula ganhar, nós vamos invadir todas as terras". Lula dá um sorriso, e Fragelli continua: "O senhor está rindo, mas é isto mesmo!"

Lula e José Graziano, ministro da agricultura do Governo Paralelo afirmam, em resumo, "não queremos radicalizar e viemos aqui para

A próxima

O estados de Roraima, Amazonas, Amapá e Pará estão sendo percorridos por uma equipe responsável pela escolha dos municípios por onde passará a terceira Caravana da Cidadania. O início será por Boa Vista no dia 17 de novembro.

O clima de expectativa por parte dos movimentos sociais da região é muito positivo. A questão indígena, a pecuária e o garimpo, são questões que emergem enquanto a equipe precursora visita as cidades. Alguns fazendeiros e políticos conservadores da região, com a simples presença da equipe, já mandaram seu recado, dizendo que Lula não é bem-vindo por lá.

dialogar, mas a Reforma Agrária é uma necessidade".

Lula Chorou

No dia seguinte, o contraste. Visitando um acampamento dos Sem Terra, no município de Rio Brilhante, Zé da Cruz, principal liderança, denuncia no palanque: "Fomos expulsos da ocupação brutalmente. Passamos fome porque a burguesia passou por cima de nós. O latifundiário diz que aqui só tem vagabundo, mas aqui só tem trabalhador que está atrás daquilo que nossos pais perderam há muito tempo. A burguesia diz que ou a gente anda no jeito ou morre no pau."

Marina uma criança de 10 anos, canta uma música: "Governo Corrupto". A palavra passa para Lula: "A reforma agrária, para nós, é um compromisso de honra, um compromisso de fé". A gente vai fazer a Reforma Agrária. Emocionado, não consegue continuar. Entrega o microfone e se abraça a um companheiro. A última manifestação da Caravana foi em Dourados, onde um público numeroso e animado ouvia Lula dizer "os trabalhadores precisam ocupar a primeira classe neste trem chamado Brasil."

Encerrando a Caravana, na manhã do dia 17 de setembro, uma visita à reserva indígena de Dourados, onde 6.360 Guarani, Caiowás e Terenas se espreguem em 3.350 hectares de terra. Mas esta não foi a única contradição. Enquanto uma parte dos índios receberam com rosas e cânticos a Jesus Cristo os integrantes da Caravana, outros, mais resistentes -- os Caiowás -- preservando seus ritos, só falavam entre si em sua língua. Saudaram os caravaneiros com um cartaz: "LULA - ROV YÁ NE NOYUE" (Lula estamos feliz em estar contigo).

Discutindo o programa, mobilizando o povo, encontrando 94 já nas ruas, a Caravana da Cidadania vai cumprindo seu destino. É claro que os Inocêncio de Oliveira reclamaram. Mas a Caravana passou.

Fome eterna?

A partir da apresentação pelo Governo Paralelo do Programa Nacional de Segurança Alimentar, o Governo Federal considerou prioritário um projeto para acabar com a situação de indigência de 32 milhões de brasileiros. Não houve destinação de recursos e essa foi mais uma proposta que caiu no vazio.

A população, mais uma vez, está dando uma resposta para a inoperância do governo. Existem mais de 3 mil comitês contra a fome. A campanha liderada pelo sociólogo Herbert de Souza (Betinho) enfrenta o desafio de combinar ações emergenciais com ações que mudem políticas sociais. Para isso, seria preciso que a campanha não tivesse um caráter puramente assistencialista, como os meios de comunicação tentam fazer acreditar. Ela permite com que sejam discutidos alguns pontos vitais como Reforma Agrária e Urbana, por exemplo. Absorvendo apenas o caráter assistencialista da campanha, as ONGS acabam impedidas de ter uma visão crítica. Na verdade, é preciso politizar essa campanha antes que setores da direita tirem proveito da situação. É preciso resgatar as noções de cidadania e solidariedade ao mesmo tempo que se questiona a política de estoques reguladores de alimentos.

A campanha tem mostrado uma capacidade muito grande de mobilizar as pessoas em torno da idéia. O caminho para a formação de comitês ou grupos de apoio pode estar nas reuniões de condomínio, nas comissões de bairro, na escola, no trabalho, na comunidade religiosa. O ideal seria fortalecer os comitês que já existem e tentar criar propostas e espaços de intervenção que politizem a discussão sobre a questão. O Estado tem que dar soluções já que possui um programa para combater a fome e a miséria. Resta apenas contar com o comprometimento e vontade política das pessoas envolvidas na campanha.

MOVIMENTOS POPULARES**Planejamento e estratégias**

Nos dias 17, 18 e 19 de setembro a Secretaria Nacional de Movimentos Populares realizou um seminário, no qual fez um diagnóstico da atuação dos petistas nos movimentos sociais, além de discutir temas como Programa de Governo, Central de Movimentos Populares, Campanha Contra a Fome e a Miséria e estruturação da Secretaria.

45 pessoas de 10 Estados, representaram vários setores organizados no Partido; movimento negro, de mulheres, povos indígenas, portadores de deficiência, lutas urbanas, secretários estaduais de movimento popular e representantes de prefeituras petistas. O coordenador do Programa de Governo Lula-94, Marco Aurélio Garcia, aponta seis eixos principais, dos quais a Secretaria considerou quatro deles como prioritários. Um deles diz respeito a constituição de um novo padrão de desenvolvimento em oposição à forma conservadora de distribuição de renda. A democratização radical do Estado e da sociedade é um dos eixos considerado como principal, pois nele

os movimentos populares funcionariam como descentralizadores do poder. É preciso, também, trabalhar para implementação de um projeto nacional de educação, voltado para o resgate de cidadania e desenvolvimento. Outro eixo importante a ser discutido está ligado a reversão do quadro de degradação de nossas cidades, através de políticas urbanas nacionalmente articuladas.

As subsecretarias, juntamente com os grupos de trabalho, estarão elaborando textos-base, com a recomendação de se fazer reuniões para debater o PG-94, culminando com os Encontros Setoriais.

Foi feito um encaminhamento da Secretaria ao DN em relação à Campanha Contra a Fome e a Miséria, no sentido de integrar os petistas na questão.

A SNMP fica estruturada com 4 subsecretarias nacionais (Negros, Mulheres, Portadores de Deficiência e Educação) e 4 Grupos de Trabalho (Homossexuais, Lutas Urbanas, Indígenas e Crianças e Adolescentes). Está sendo criado 1 grupo de trabalho para discutir a questão da participação popular.

Apoio ao Brasil Agora

O Diretório e a Executiva Nacional do PT aprovaram em agosto uma campanha de apoio emergencial ao jornal *Brasil Agora*, com o propósito de torná-lo autosuficiente do ponto de vista econômico até o final deste ano. O *Brasil Agora* -- um quinzenário vinculado ao PT -- completou dois anos em setembro, com uma circulação de aproximadamente 20 mil exemplares, sendo 11 mil deles dedicados a assinantes de todo o Brasil e 4 mil a bancas.

O Diretório Nacional reafirmou a importância da continuidade do *Brasil Agora* e decidiu realizar ainda este ano um seminário de avaliação visando debater a sua linha editorial, tendo em vista a campanha para presidente da

República em 94. Nesta oportunidade, será estudada a viabilidade do antigo projeto de semanalização do jornal -- uma medida voltada para a agilização de suas coberturas.

A campanha de apoio do *Brasil Agora* prevê que os Diretórios Regionais e municipais do partido se engajem na divulgação e na venda do jornal e ofereçam apoio à sua estrutura de venda de assinaturas. Foi definido ainda que os membros do próprio Diretório e da Executiva Nacional deverão se empenhar diretamente na venda de assinaturas e, na medida do possível, apoiar o plano de vendas de assinaturas coletivas do *Brasil Agora* a sindicatos, associações e entidades.

FORMAÇÃO POLÍTICA**O plano de Minas**

A Secretaria Nacional de Formação Política realizou nos dias 8 e 9 de setembro uma Plenária Nacional. Um dos seus temas foi a participação das Secretarias de Formação na elaboração dos programas de governo para as eleições de 1994.

Abaixo, Raquel Beatriz, Secretaria de Formação Política de Minas Gerais nos conta como está procedendo. Na próxima edição do BN daremos outras informações sobre a Plenária

"Minas - a gente olha, se lembra, sente, pensa.

Minas - a gente não sabe... pois Minas Gerais é muitas.

São pelo menos, várias Minas"

(Guimarães Rosa)

Olhar Minas, lembrar Minas, sentir e, sobretudo pensar Minas, descobri-la várias em uma só, é uma tarefa que o PT assumiu para si como fundamental neste momento. A Secretaria Estadual de Formação Política (MG), desenvolve um plano de trabalho para não só elaborar um programa de governo como envolver a militância partidária e diferentes setores sociais neste processo.

O trabalho se resume em seis etapas, das quais as três primeiras já foram cumpridas: a) constituição de uma comissão de programa; b) uma plenária estadual para capacitar monitores que acompanhem os trabalhos nas regionais; c) encontros

em todas as regionais para discutir a elaboração do programa de governo. Nestes encontros, todos já realizados alcançando um total de 19 em todo o Estado, várias regionais elegeram coordenação de programa, outras planejam seminários, debates temáticos etc; d) atividades dos municípios para que estes elaborem um documento inicial para, posteriormente, debaterem regionalmente; e) outra etapa de encontros regionais, já para a elaboração de documentos que deverão ser enviados à Comissão de Programa para o trabalho final; f) encontro estadual para a aprovação do documento final.

Este processo nas regionais deverá envolver não só análises econômicas e sociais, como também efetuar uma discussão mais abrangente sobre as diretrizes políticas gerais de um programa de governo para o Estado e para o país.

Cinco prévias estão marcadas

O processo de realização de prévias para escolha de candidatos ao governo estadual -- que, por orientação da SORG, devem ocorrer até 12 de dezembro -- está atrasado em quase todos os estados. A "coisa está pegando" na escolha das pré-candidaturas. A maioria dos estados ainda não tem nomes inscritos.

Apenas quatro estados (SP, RJ, BA e GO) e o Distrito Federal têm prévias marcadas. Em São Paulo será no dia 17/10 e disputam a ex-prefeita de Santos, Telma de Souza e o deputado federal José Dirceu. No Rio de Janeiro, com prévia marcada para o dia 3/10, os pré-candidatos são o deputado federal Wladimir Palmeira e o deputado

estadual Milton Temer. Bahia e Goiás terão prévias no dia 15/11, porém os bahianos ainda não definiram as pré-candidaturas. Em Goiás estão inscritos o deputado estadual Athos Pereira e Luis Antonio. No Distrito Federal, disputam a prévia do dia 21/11 os pré-candidatos Cristóvão Buarque, ex-reitor da UnB, e Carlos Saraiva. Lá, poderá apreciar um terceiro na disputa: o de Paulo Bica.

Com exceção dos estados citados e do Rio Grande do Sul -- que não realizará prévia pois definiu o nome do ex-prefeito de Porto Alegre, Olivio Dutra, como candidato -- todos os demais estados tem problemas com as pré-candidaturas.

MERCOSUL

Carta de Curitiba

Lula foi recebido por aproximadamente mil pessoas na abertura do I Seminário Nacional do PT sobre o Mercosul. Participaram delegados dos estados do MT, MS, GO, MG, SP, PR, SC e RS, além dos membros da Executiva Nacional, Hamilton Pereira, Marco Aurélio Garcia, Gilberto Carvalho e José Luiz Fevereiro.

Foi constituído um grupo de trabalho permanente do Mercosul (GTPM), formado por representantes dos Estados de RS, SC e PR, das secretarias de Relações Internacionais e Agrária e da CUT. Abaixo, a "Carta de Curitiba", que sintetiza as resoluções do encontro que serão encaminhadas à próxima reunião do DN.

“**A**tendendo à convocação do Partido dos Trabalhadores, seus militantes em diferentes estados do país e em diferentes movimentos sociais, debateram em Curitiba, de 23 à 25 de setembro, a questão do MERCOSUL, o seu caráter, o seu impacto sobre a economia, a sociedade e a cultura dos nossos povos.

Para o Partido dos Trabalhadores é indispensável incorporar a tradição histórica dos libertadores deste continente, que sempre defenderam a integração dos povos latinoamericanos como condição para a nossa afirmação frente aos países hegemônicos. Para que essa integração ocorra e seja fecunda, são básicos os pressupostos da democracia, da autodeterminação e da solidariedade continental.

Somos, portanto, a favor da integração econômica, social e cultural dos nossos povos e contrários ao caráter excludente, antidemocrático presidido pela ótica neoliberal que têm assumido o processo de integração do MERCOSUL. Os setores organizados da sociedade brasileira, argentina, uruguaia, e paraguaia devem ampliar sua participação neste processo de integração, até

hoje hegemônico pelos estados e grandes setores empresariais. Este fato tem permitido que os interesses dos grandes conglomerados transnacionais se sobreponham a diplomacia dos Estados e obstaculizem as demandas dos trabalhadores na dinâmica do MERCOSUL.

Entendemos o processo de integração como um esforço de longo prazo, que deverá articular-se à consecução do Projeto Nacional de cada país membro, resguardando seu perfil histórico, econômico, social, política e cultural, voltado para a resolução das graves distorções e injustiças que pesam sobre os nossos povos. Nosso projeto de integração recusa a perspectiva neoliberal que procura fazer do MERCOSUL um projeto de curto prazo, exclusivamente voltado para constituir uma área de livre comércio, para otimizar os lucros do grande capital e utilizar a capacidade instalada do setor produtivo como plataforma de exportação para competir nos grandes mercados mundiais. Neste momento em que o mundo assiste a uma verdadeira guerra comercial, não podemos amesquinhar um projeto de integração do Cone Sul à condição de apêndice dos grandes blocos, mas consolidar democraticamente este processo para garantir os interesses dos nossos povos frente aos blocos hegemônicos.

O Partido dos Trabalhadores assume, perante a sociedade brasileira, e dos trabalhadores paraguaios, uruguaios e argentinos o compromisso de lutar em defesa da democracia, dos Direitos Humanos e pela implementação dos Direitos Sociais, indispensáveis, na construção desse processo.

A democracia, a defesa dos Direitos Humanos e a Carta de Direitos Sociais serão a condição básica para consolidar o processo de Integração Continental.”

1º Seminário Nacional do PT sobre o MERCOSUL

A Lei Eleitoral

Tudo indica que disputaremos as eleições de 94 com os velhos problemas, mal resolvidos, e mais as dificuldades criadas pela nova lei eleitoral, aprovada pelo Senado, no dia 22 de setembro. A aprovação no Senado, sem emendas, resultou de um acordo feito em função da urgência -- para vigorar em 94 a nova lei deve estar sancionada e publicada até o dia 2 de outubro. Foi também a urgência que levou ao acordo de líderes na Câmara para a aprovação do substitutivo ao projeto do deputado José Dirceu (PT-SP) -- com exceção dos pontos em que não houve consenso, remetidos ao plenário. Em questões como limite de doações para campanhas, cédulas, forma dos programas de TV para o horário eleitoral gratuito (cujas cenas externas estão censuradas) e consideração do voto branco como válido para coeficiente eleitoral, nossa bancada disputou palmo a palmo -- através de emendas e destaques -- buscando, principalmente, estabelecer normas claras e rígidas para as campanhas. Apesar da briga,

os limites para doações ficaram muito altos: 10% da renda bruta anual, ou 70 mil UFIR, para pessoa física e 2% da renda bruta anual, ou 300 mil UFIR, para pessoa jurídica. Igualmente grave é o fato de que os doadores continuam no anonimato. Mesmo buscando aprovar o balanço mensal das campanhas, o máximo que conseguimos “costurar” foi a garantia de que as listas de doadores ficarão à disposição da Justiça Eleitoral ou da Receita Federal durante 5 anos (quase nada). Zé Dirceu acredita que, tal como está, a nova lei poderá, “ao invés de por fim à orgia de dinheiro das campanhas, legalizar essa situação e institucionalizar esquemas como os montados por PC/Collor e Maluf/Pau Brasil”.

A bancada petista optou por não obstruir as votações, já que isso era o que a direita queria para poder acusar o PT de deixar o país sem lei nas eleições de 94. A lacuna criada pela ausência da nova lei eleitoral seria preenchida pelo TSE, com base em leis anteriores à Constituição de 88.

Bicudo ameaçado de morte

O deputado federal Hélio Bicudo (PT-SP), autor do projeto de emenda constitucional sobre justiça militar (PEC 46/91) -- que acaba com o fórum privilegiado para crimes comuns cometidos por policiais militares -- e do projeto de lei, que propõe a desmilitarização das PMs, vem sendo ameaçado de morte desde o início do ano. O projeto sobre justiça militar, já aprovado pela Câmara, tem recebido crescente apoio -- principalmente após as chacinas da Candelária e Vigário Geral -- dos policiais civis e das baixas patentes da Polícia Militar.

Em junho, quando esteve em Viena, sua casa foi invadida e seu animal de estimação desapareceu. O promotor corregedor da Polícia Militar de São Paulo, Luiz Roger Lombardo Barbosa, chegou a requer a instauração de inquérito ao comando da PM, mas foi aberta

apenas uma sindicância.

No início deste mês o deputado Hélio Bicudo recebeu carta de um major da PM de São Paulo alertando-o para um suposto plano do serviço reservado da corporação para executá-lo. A carta continha cópia de um documento que descrevia a “Operação Alfa 3”. Seu assassinato deveria parecer assalto praticado por adolescentes: “o acidente deve ter características de crime provocado por adolescentes... por determinação superior, o acidente deve ocorrer até o dia 5 de outubro”. O deputado petista enviou cópia do documento ao presidente da Câmara, Inocêncio de Oliveira, ao ministro da Justiça, Maurício Correia e ao governador Fleury. Também encaminhou ao procurador geral da Justiça do Estado de São Paulo, Antonio Araldo Dal Pozzo, para que, finalmente, seja aberto o inquérito.

Santos face ao desafio

A prefeitura encontrou soluções práticas e eficientes de tratar seus doentes, garantindo a agilidade e qualidade do serviço.

Existem 3 pronto-socorros e 21 policlínicas (uma para cada bairro) e em março de 92 foi instalado o PID -- Programa de Internação Domiciliar --, no qual o doente não precisa sair de casa para ser medicado. Isso evidencia um sentimento poucas vezes trabalhado numa sociedade como a nossa: a solidariedade. Hoje existem cinco postos do PID e três deles tratam de casos específicos (AIDS, Oncologia e Fisioterapia). A prefeitura conta com casas de apoio para as crianças portadoras do vírus AIDS e um Centro de Referência -- CRAIDS. A informação é, sem dúvida, uma arma eficaz no combate e prevenção da doença que atinge, principalmente, os usuários de drogas injetáveis (51% dos soropositivos) que são, na maioria, jovens. A campanha de informação esbarra na resistência de setores conservadores que acusam a prefeitura de incentivar o uso de drogas injetáveis.

Outro serviço municipal, não menos polêmico, diz respeito aos Núcleos de Atenção Psicossocial,

Uma administração democrática e popular com poucos recursos.



os NAPS. Estes núcleos acompanham pacientes psiquiátricos sem utilizar os métodos antigos e cruéis de tratamento -- eletrochoques e camisas de força. Até o final deste ano, o único manicômio da cidade fechará suas portas. As 12 unidades do Programa de Saúde Mental tem provado que o caminho para o tratamento do doente mental passa pela desmistificação da loucura, do respeito e resgate da cidadania. Não há quase nenhum recurso do Estado e do Governo Federal a

verba é quase sempre inferior ao previsto por lei. Um exemplo disso foi o significativo atraso do último repasse da verba destinada à área de saúde (dois meses) que ainda teve um corte de 44%, sem nenhuma justificativa por parte do Ministério. Vale lembrar que há dois anos o governo estadual não repassa recursos para a administração santista e que 90% de todo o recurso federal, por exemplo, são assumidos pela prefeitura.

Com isso, alguns setores são extremamente prejudicados. O transporte coletivo é um deles. A manutenção desse setor não é barata. A passagem nos coletivos está em CR\$ 85,00.

É preciso dar respostas à questões emergenciais como construção de novas escolas, postos de saúde, saneamento básico e coleta de lixo. Para isso, a prefeitura além de combater a sonegação de impostos, vem praticando uma política austera aos gastos da administração.

Orçamento participativo

O orçamento é discutido com a população. Foram feitas várias plenárias, durante o mês de agosto deste ano, envolvendo entidades sindicais, movimento de moradia e comissões de bairros, resultando num Congresso para a discussão e aprovação de prioridades para aplicação de recursos. Este é um princípio democrático e popular que tem demonstrado excelente resultado, pois quem decide onde e o que é prioritário é a própria população. Agora, resta para a população o problema de conseguir recursos para resolver os problemas do município.

Repúdio à condenação de Cardoni

A Executiva do Diretório Municipal de São Paulo repudiou veementemente a decisão do juiz da 27ª vara Criminal de São Paulo, que condenou injustamente o companheiro Edison Cardoni a dois anos e oito meses de prisão, além do pagamento de multa. Na qualidade de presidente da PRODAM durante a gestão de Luiza Erundina, Cardoni autorizou a contratação de serviço de transporte de pessoas para a capital federal, com a finalidade de postular a liberação de verbas para os municípios. A nota da Executiva do PT Paulistano afirma que a decisão configura, claramente, uma perseguição

política. "A própria sentença diz que o companheiro *agiu por injunções políticas que dizem respeito ao Partido dos Trabalhadores*. O objetivo dessa condenação é intimidar o PT e as administrações populares. Negar-lhes o direito de lutar, junto com os movimentos sociais, pela liberação de verbas para as áreas de saúde, educação, habitação e saneamento (...)"

Em liberdade, Cardoni vai recorrer da sentença. A Executiva Municipal conclama todos os companheiros a realizar os esforços necessários para engajar uma campanha pela anulação da condenação.

Acabou a mamata!!!

Agora, só assinando o Boletim. Preencha o cupom abaixo e o envie junto com um cheque nominal ao Partido dos Trabalhadores para:

Boletim Nacional do PT

Rua Conselheiro Nébias, 1052 - Campos Elíseos
CEP 01203-002 - São Paulo/SP

Nome _____

Endereço _____

Bairro _____

CEP _____ Cidade _____

Estado _____ Telefone _____

Assinatura semestral (12 edições) Cr\$ 1.000,00

Assinatura anual (24 edições) Cr\$ 2.000,00